

Mapeamento social participativo: mundos entre a pesquisa educativa e o ativismo ecológico

Participatory Social Mapping: worlds between educational research and ecological activism

Regina Silva, Michelle Jaber e Michèle Sato. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). (Brasil)

Resumo

O lócus dessa pesquisa é o Estado de Mato Grosso-Brasil, um território que oferece-nos inúmeras belezas naturais e rica biodiversidade somada a um vasto mosaico de identidades que forma uma grande rede tecida por grupos sociais que se espalham pelo Estado e lutam por uma vida digna em um ambiente preservado. Contrastam nesta paisagem os resultados da busca incessante pelo crescimento econômico, centrada na atividade econômica do agronegócio, caracterizado por contínuas áreas de monocultura, destinando grande parte da produção à exportação. Esse modelo é também, comumente, caracterizado pela concentração de terras, convertendo gigantescas áreas de florestas em monoculturas, em pecuária, em usinas hidrelétricas e em outras atividades que visam o lucro imediato, expropriando grupos sociais vulneráveis e provocando significativos conflitos socioambientais. O objetivo deste artigo é apresentar uma compreensão dessa dinâmica tão diversa que se faz presente neste território, em fecundo diálogo com a construção do “Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso” e do “Mapa dos conflitos socioambientais de Mato Grosso”. Estes mapeamentos foram propostos e concretizados pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com a importante contribuição de diversos parceiros. Para isso, elaboramos uma metodologia inovadora denominada Mapa Social, que se fundamentou nas autonarrativas de diferentes grupos sociais. Os resultados apresentados oferecem um panorama da situação atual, um retrato – mesmo que temporário – dos diferentes grupos sociais e conflitos que pulsam nos territórios de Mato Grosso. Inscritos em uma Educação Ambiental que almeja a transformação social com responsabilidade ecológica, apontamos como essa pesquisa vem tornando-se um referencial aos pesquisadores, aos governos e a sociedade civil. A educação ambiental em diálogo com o mapa social vem reforçar a valorização da cultura, na ousadia da reconstrução de sociedades sustentáveis, que ressignifique valores como justiça ambiental, pertencimento e democracia.

Abstract

The locus of this research is the State of Mato Grosso, Brazil, an area that offers many natural beauties and rich biodiversity coupled to a mosaic of identities that form a large network woven by social groups that spread across the state and fight for a decent life in a protected environment. Contrast this landscape results from relentless pursuit of economic growth, economic activity centered on agribusiness, characterized by continuous monoculture areas, most of the production destined for export. This model is also commonly characterized by the concentration of land, converting huge areas of forests into monoculture in farming, in power plants and other activities aimed at immediate profit, expropriating vulnerable social groups and causing significant environmental conflicts. The aim of this paper is to present an understanding of these dynamics so different that is present in this territory, in fruitful dialogue with the construction of "Map of the social groups of Mato Grosso" and "Map of socioenvironmental conflicts of Mato Grosso." These mappings have been proposed and implemented by the Research Group on Environmental Education, Communication and the Arts (GPEA) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT) with the important contribution of many partners. For this purpose, we developed an innovative methodology called Social Map, which was based on self-narratives of different social groups. The results presented provide an overview of the current situation, a picture - even temporarily - of different social groups and conflicts that pulsate in the territories of Mato Grosso. From an Environmental Education which aims at social transformation with ecological responsibility, we point out how this research has become a reference for researchers, governments and civil society. Environmental education in dialogue with the social map reinforces the value of culture, in the daring idea of reconstructing the sustainable societies that re-signify values such as environmental justice, belonging and democracy.

Palavras-chave

Educação ambiental. Mapeamento social. Invisibilidade.

Key-words

Environmental education. Social mapping. Invisibility.

Os territórios mato-grossenses e a herança predatória

O estado de Mato Grosso localiza-se no centro do Brasil e possui uma rica diversidade ecológica distribuídas nos domínios da Amazônia, Cerrado e Pantanal, além de um peculiar ecossistema chamado de Araguaia. Por um lado, temos uma beleza singular de paisagens naturais e expressões culturais: de abundantes rios misturados com os seres encantados da mitologia indígena do Xingu; de variadas

espécies da biodiversidade e das canções de ninar dos pássaros; da floresta ainda em pé que fornece sementes à arte popular; e de flores e cores que se misturam entre gente e ambiente, em um dos territórios mais fascinantes do Brasil.

Por outro lado, predomina um modelo de vida orientado pela noção desenvolvimentista, que vem transformando a paisagem e lapidando a cultura e a natureza como uma selva de pedra, marcada pela busca incessante pelo crescimento econômico, centrada fortemente na atividade

do agronegócio exportador (ou agricultura empresarial). O território é caracterizado por contínuas áreas de fazendas modernas com grandes extensões de terras, que se dedicam à monocultura, utilizando alta tecnologia, mecanização, irrigação, uso abusivo de agrotóxicos, pouca mão-de-obra e destinam grande parte da produção à exportação. A maior parte da produção de soja não é para consumo humano e aceleram-se os cardápios a base de carne vermelha, colaborando com o crescimento da pegada ecológica mundial. Esse modelo é também caracterizado pela violência de suas práticas de concentração de terras, convertendo gigantescas áreas de matas em monoculturas, em pecuária, em usinas hidrelétricas e em outras atividades que visam o lucro imediato, negligenciando outras formas de vida e provocando significativos conflitos socioambientais.

Este modelo é propalado como a modernização do campo. Entretanto, a dita modernização não passa de uma reprodução de um modelo de mundo-moderno-colonial, pois foi e ainda é promovida sem alterar a estrutura fundiária. Faz-se dominante e usurpador dos ecossistemas e das culturas locais, apresenta-se como “novo”, entretanto, configura-se muito semelhante com os princípios e práticas do antigo sistema colonial de extração de matérias-primas, centrado na produção de monocultura, privilegiando ações de curto prazo para obter lucro (com a

mesma velocidade) e expropriando os povos nativos. *“A violência colonial não se atribui apenas ao objetivo de controlar esses homens dominados, ela procura desumanizá-los”* (SARTRE, 1979). Ou como assevera FREIRE (2000), é um processo que *“desgentifica”* os homens e as mulheres. Um processo desumanizador transformado por máquinas pesadas que arrastam as árvores às plantações da monocultura e que imprimem uma paisagem inóspita de deserto até onde as vistas alcançam.

O processo de dominação dos territórios e das culturas locais faz-se historicamente presente no Brasil. Podemos afirmar que possuímos uma herança predatória advinda do colonialismo mercantilista imposto às Américas. Em uma colonização marcada pela destruição dos nossos biomas e pela expropriação e genocídio de vários povos.

A mesma forma combativa exercida sobre os povos foi também praticada à biodiversidade brasileira. De acordo com o historiador José Augusto PÁDUA (2002) aos olhos dos europeus, acostumados a gerir um espaço de dimensões muito mais modestas, os biomas brasileiros pareciam como horizontes praticamente sem limites e os elementos da natureza como inesgotáveis. Citando uma carta escrita por Pero VAZ CAMINHA em 1500 o historiador explicita essa questão, a exemplo: *“as águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela*

tudo; por causa das águas que tem!” (p. 55).

A visão de que a natureza era infinita trouxe a saga destrutiva dos ecossistemas, já que predominou e continuou a ser cumprida obstinadamente em vários ciclos econômicos no Brasil, que destacam-se o do pau-brasil, do ouro, do café, da cana-de-açúcar, do látex da borracha, da pecuária e mais recentemente, o da soja. Esses ciclos econômicos foram promovidos nos diversos ecossistemas, pois na medida em que os ambientes eram exauridos, a fronteira exploratória avançava (e ainda avança) em direção a outros ecossistemas ainda intactos, deixando as marcas da violência nos habitats e nos habitantes.

Dirigidos pela concepção hegemônica de desenvolvimento sob a égide do modo de produção capitalista, o sistema produção-consumo ainda segue o modus operandi do praticado no Brasil colônia, em que apenas uma minoria controla a economia e dita às regras do mercado, em detrimento de uma grande maioria. Com isso, foram assentando-se as oligarquias garantindo a permanência e praticamente uma perpetuação de latifundiários. Concordamos com PORTO-GONÇALVES (2004) quando afirma que vivemos num mundo-moderno-colonial. Este termo foi lançado por Walter MIGNOLO (2003; 2008) para caracterizar a retórica de poder do universalismo europeu. Essas acepções

se aproximam das teorias pós-coloniais, embasadas principalmente, em Frantz FANON (1979), Homi BHABHA (1994) e Benedict ANDERSON (2008).

Valeria demorar um pouco mais na obra de Alfred CROSBY (1993), um historiador texano que examina o imperialismo ecológico da Europa por meio daquilo que ele intitula de “biota portátil”; ou seja, o conjunto de animais, vegetais e doenças que chegaram junto com as caravelas colonialistas e prejudicaram a biodiversidade local, além da disseminação de várias doenças que dizimaram os nativos. Dividindo o livro em ervas, animais e doenças, CROSBY denuncia as poderosas armas colonialistas, incluindo a ideologia hegemônica, que transformaram o mundo para sempre.

Aproximam-se na consideração da colonização como prática ainda vigente e estampada no contingente de populações marginalizadas. Manifestando-se “*nos grupos étnicos e imigrantes em países do primeiro mundo, passando pelas populações internamente colonizadas, como as populações indígenas da América Latina, até outros grupos de oprimidos em termos representacionais, como as mulheres*” (MACHADO, 2004, p. 20). Afinamos com as teorias pós-coloniais na busca em descrever o mundo moderno a partir da perspectiva do colonizado, ou como afirma GUHA (1996), no repensar a história de um ponto de vista dos subalternos.

É oportuno fazer emergir a visão contemporânea de Aníbal QUIJANO (2005), que declara que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, já que na aurora do século XXI, inúmeras atrocidades do colonialismo são praticadas até hoje. Enfrentamos ainda a marca deste processo impositivo e violento de colonização, mais que isso, possuímos a herança predatória na maneira de se relacionar com ambiente compreendido por muitos como mercadoria e recurso. Sobremaneira, herdamos uma herança de extinguir (seja da forma como for) formas distintas de racionalidades não capitalistas.

Destarte, compreender esse processo de uso e de ocupação dos territórios promovido desde o colonialismo até a globalização/modernidade, ainda que de forma breve e sucinta, faz-se imperativamente importante. A gênese histórica desta forma exploratória dos ecossistemas traz a marca indelével da invisibilidade dos grupos sociais, na sangria que determinou a exploração da maioria pela minoria hegemônica.

Assim, escondem-se identidades que estão à mercê deste descaso histórico e da economia hegemônica do agronegócio de Mato Grosso que avançam sobre os ditos “espaços vazios”. Nesses ambientes diversos, coexiste um rico mosaico cultural de identidades, que muitas vezes, estão invisibilizadas ou pouco conhecidas. São muitos grupos sociais que não estão sen-

do contemplados na elaboração de políticas públicas e ficam expostos aos muitos impactos e conflitos socioambientais que marcam o território deste estado brasileiro.

Na tentativa de dar visibilidade a este belo cenário cultural, iniciamos em 2008, uma proposta de construir o “*Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso*”. Este projeto foi proposto e concretizado sob a liderança do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com a importante contribuição de diversos parceiros principalmente da sociedade civil, além do apoio financeiro de organizações governamentais. Neste percurso, construímos uma metodologia denominada MAPA SOCIAL para evidenciar os grupos sociais do estado com suas identidades e seus territórios, suas culturas e a construção de sentidos; além dos processos de conflitos e injustiças socioambientais. Como resultados desta metodologia foram produzidos o “*Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso*” e “*Mapa dos conflitos socioambientais de Mato Grosso*”, elaborados em escala 1:1.500.000.

A necessidade destes mapeamentos nasceu da fragilidade do instrumento territorial proposto no Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT) apresentado no ano de 2008 à sociedade mato-grossense. O zoneamento é um instrumento da política nacional

de meio ambiente, criado em 1990, e que visa programar uma política de ordenamento do território nacional, começando pelos estados amazônicos.

Na proposta do zoneamento, embora a nomenclatura “social” estivesse presente, foi possível perceber uma enorme fragilidade, limitando a dimensão social aos aspectos desenvolvimentistas. Percebemos que esta lacuna era causada pela invisibilidade dos grupos que estão às margens da história. Assim, buscando dar visibilidade a estes grupos, o nosso objetivo foi construir coletivamente os mapeamentos supracitados.

A educação ambiental e o mapeamento social: aspectos metodológicos

Partimos do pressuposto que os processos de mapeamentos participativos devem ser elaborados COM e, principalmente, PELAS comunidades e grupos envolvidos. Este é um percurso dialógico importante para a educação ambiental, peculiarmente, por trabalhar temas importantes como a sustentabilidade dos ambientes, suscitando um pensamento e um fazer que busque construir alternativas contra o apregoado único caminho, apresentado pela racionalidade hegemônica da modernidade.

Para o GPEA, a educação ambiental não se limita a sacolas de pano, coleta seletiva de lixo ou proteção às espécies ameaçadas. Herança do movimento da contracultura da década de 60, a educação ambiental no Brasil ganhou contornos sociais densos, essencialmente à construção de modelos alternativos de vida, que fossem economicamente justos, ambientalmente protegidos e socialmente inclusivos. Os legados que desenharam a educação ambiental brasileira fugiram da visão ingênua de uma educação naturalista, potencializando o alicerce político das transformações sociais.

Nos últimos anos, vimos a insurgência das pesquisas com os grupos sociais, como uma nova forma de mobilização expressa nas identidades coletivas de espaços e territórios. Há algumas iniciativas que vêm ampliando os trabalhos de mapeamentos participativos que vêm se configurando em uma importante aliança entre as pesquisas acadêmicas e os movimentos populares.

Para Paulo FREIRE (1987, p.78), “*não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão*”. Complementamos as suas palavras incluindo o silêncio, já que por vezes ele também é um instrumento de luta. Fenomenologicamente, não queremos que a palavra seja melhor que o sigilo, e nem que o trabalho seja a única forma de luta. É na arena da diversidade, ora em silên-

cio ou no grito de guerra, ora na labuta pesada ou no pequeno ócio cotidiano, que a metodologia criada que, denominamos de mapa social, contou com as autonarrativas dos representantes de vários grupos sociais. Optamos pelas narrativas próprias dos sujeitos contra as metanarrativas dominantes que tradicionalmente incorporam os conhecimentos universais em detrimento do local da cultura (BHABHA, 1994), ou das narrativas próprias que constroem as Nações.

A orientação por mapear os grupos e suas condições de vulnerabilidade socioambiental não é uma opção ao acaso e, sim uma escolha identitária das pesquisadoras e seus parceiros. Inspirados em BHABHA (1994), pensamos Mato Grosso a partir de suas margens, nas vivências de suas minorias e seus conflitos socioambientais. Interessou-nos, assim, prognosticar os diferentes grupos sociais, e, além disso, ouvi-los para que, na narrativa de autodenominação compreendêssemos a essência dessas identidades, que constroem diferentes significados de coletivos, nos diferentes biomas mato-grossenses.

Assim, propomo-nos a registrar a autodenominação e as narrativas dos sujeitos pesquisados. Aqui as identidades de resistência que se fazem coletivas são postas na concepção do filósofo Martin BUBER da existência do Outro. Para BUBER (2001) as identidades são delineadas nesse encontro com o Outro e, a alteridade

essencial se instaura somente na relação Eu-Tu, para além da relação Eu-Isso. Em algumas vezes, a emergência, o fortalecimento ou aniquilamento das identidades dos grupos pesquisados, se fazem neste encontro com o Outro. Por vezes, consentido e prazeroso. Em outros momentos, imposto e conflituoso.

O início da pesquisa nos gerou muitas incertezas, mas posteriormente os resultados foram tão satisfatórios que os mapeamentos tornaram-se como uma plataforma de luta na inclusão de identidades em seus territórios. Essa metodologia torna-se extremamente valiosa mediante ao leque de informações que dela podem ser extraídas. Contudo, ressaltamos que há necessidade de um coletivo que assegure sua concreção.

No ano de 2008, o GPEA e seus parceiros na busca de compreender esta paisagem dos grupos sociais e seus conflitos promoveram o I Seminário de Mobilização e Mapeamento Social, que ocorreu em Cuiabá, capital do estado, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2008. O Seminário reuniu 250 lideranças, oferecendo em um rico cardápio que revelou diferentes culturas: populações quilombolas¹; povos indígenas; comunidades tradicionais;

1 São comunidades de negros, descendentes de escravos refugiados que somente recentemente tiveram seus territórios reconhecidos e suas culturas valorizadas.

seringueiros; extrativistas²; pescadores profissionais/artesanais; aposentados³; pantaneiros⁴; morroquianos⁵; e tantos outros, somando 65 grupos sociais representados no seminário.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas por dinâmicas em Grupo de Trabalho (GT) durante o seminário. Foram entrevistados 115 representantes dos grupos sociais presentes, estes estavam divididos em 12 GT de acordo com as 12 regiões de planejamento do Mato Grosso. Buscou-se evidenciar as percepções dos entrevistados sobre suas identidades e seus territórios. Os entrevistados assinalavam a identificação e a localização geográfica de seus grupos e de suas comunidades, em um mapa impresso de acordo com sua região de planejamento. Os mapas eram disponibilizados em escala 1:900.000. Na

2 É importante observar que o extrativismo veio da luta de Chico Mendes, que apregoava contra a noção de propriedade, afirmando que os trabalhadores da borracha conseguiam viver sem a propriedade privada, mas retirariam seus sustentos das terras em comum. Após sua luta, diversas reservas extrativistas foram criadas em vários territórios brasileiros, essencialmente na região amazônica.

3 Comunidades que “retiram” o gado das águas na época da cheia e devolvem ao pasto na época da seca, na dinâmica das águas do Araguaia, noroeste do estado de Mato Grosso, região de áreas úmidas.

4 Habitantes de uma das áreas úmidas mais conservadas do mundo, o Pantanal.

5 São comunidades que habitam uma região frágil de ecossistema de morro, que dá a gênese da identidade “morroquiana”.

continuidade destes estudos, o GPEA e os parceiros desta proposta seguiram realizando consulta a dados secundários, estudos de campo, produzindo os mapas mato-grossenses dos: “grupos sociais” e dos “conflitos socioambientais”, além de reuniões e articulações diversas que culminaram na realização do II Seminário.

O II Seminário foi realizado no ano de 2010, entre os dias 6 a 9 de outubro, na Universidade Federal de Mato Grosso. Este contou com mais de 250 participantes e eles optaram por formar os grupos na expressão de suas identificações e territórios. Foram formados seis GT divididos em Povos Pantaneiros; Povos do Cerrado; Povos Indígenas; Povos Quilombolas; Aposentados do Araguaia; e Agricultores Familiares. A obtenção das informações foi direcionada por questões em formas de entrevistas semiestruturadas e abertas. Foram entrevistados 124 representantes dos grupos sociais presentes. A dinâmica também consistia em assinalar a identificação da localização dos grupos mapeados em mapas impressos do Estado. O mapa disponibilizado foi o Mapa da divisão político-administrativa e territorial do Estado de Mato Grosso - ano 2010 - em escala 1:1.500.000. Nesta oportunidade, as informações colhidas e compiladas pelo I Seminário, em 2008, foram disponibilizadas aos participantes para consultas, validação e complementação das informações.

Nos dois seminários, o processo de condução de cada um dos GT, contou com um facilitador e um relator. O facilitador conduzia as discussões nestes grupos aportados pelo roteiro semiestruturado de entrevista, dirigia às atividades e suscitava o debate das questões geradoras, sendo elas: Pertence a algum grupo social? Qual? Como se autodenominam? Há algum outro grupo que você conheça? Qual? As mudanças no local onde você mora causam problemas (conflitos socioambientais)? Quais conflitos? Quais os grupos sociais que estão envolvidos no conflito? Há violência declarada? Quais tipos de violência? Tem ameaças de morte? O relator acompanhava as discussões, anotando os principais pontos narrados e elaborando um relatório final do grupo.

O registro dos dados, durante os seminários, foi realizado pelas respostas anotadas nos roteiros de entrevistas, pelos relatórios de em cada um dos GT, como também, por registro em vídeos e fotografias das diversas atividades realizadas durante os seminários. Além disso, alguns sujeitos da pesquisa que representavam os diferentes grupos sociais foram entrevistados individualmente; estas entrevistas foram registradas por filmagens.

Na realização destes dois seminários reunimos, aproximadamente, 500 participantes. Estes vieram de 54 municípios. Ao total, 70 índios de 19 etnias e terras indígenas estiveram representados, sendo

eles: Apiaká, Bakairi, Bororo, Chiquitano, Kamaiurá, Kanela, Karajá, Kayabi, Kaiapó, Yudjá (Juruna), Munduruku, Panará, Paresi, Rikbaktsa, Terena, Trumai, Txucarramãe, Umutina e Xavante. Foi importante a mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Comissão da Pastoral da Terra que propiciou a participação de acampados e agricultores familiares assentados em várias regiões do Estado, particularmente, nos município da região amazônica. Nos dois seminários contamos com representantes dos seringueiros, dos atingidos pela barragem⁶ e dos retireiros do Araguaia, entre diversas outras identidades autodenominadas.

Um de nossos principais desafios iniciava-se no processo de preparação dos seminários. Primeiramente, por meio de consulta informal, identificamos as lideranças dos movimentos sociais, ou das comunidades biorregionais. O segundo momento mais difícil era contatar as pessoas, já que Mato Grosso é o terceiro estado em extensão (906.069 km²) do Brasil, e suas terras longínquas, habitantes de terras indígenas ou de pequenas

6 As usinas hidrelétricas são as principais fontes energéticas no Brasil. Embora limpa, esta tecnologia não é socialmente justa, nem ambientalmente ílesa de causar impactos diversos. Geralmente, os atingidos das usinas são populações ribeirinhas, povos indígenas e comunidades economicamente desfavorecidas, que roubados os locais de se viver, são alojados em outros territórios estranhos. Agravam-se os dilemas sociais e ambientais, e estas comunidades se associam e são chamadas de “atingidos da barragem”.

comunidades; dificultam a comunicação para o convite ao seminário. Nem todos têm acesso à internet e há territórios que a telefonia não funciona adequadamente. Uma terceira dificuldade foi providenciar o transporte, a hospedagem, a alimentação e todos os cuidados de participação das pessoas, tanto para vir como para voltar. Impossível realizar esta missão sem a colaboração de outros participantes do grupo pesquisador, além do auxílio de diversos parceiros da sociedade civil e do governo, este último principalmente no auxílio financeiro dos seminários.

A pesquisa também se inscreveu numa abordagem etnográfica, já que além das paisagens naturais, interessava-nos os modos de vida e as expressões indentedárias destes grupos sociais. Também foram realizadas pesquisas de campo com observações participativas, realização de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, oficinas e reuniões em lócus com alguns grupos pesquisados. Algumas entrevistas mais longas foram possíveis, guiadas por um roteiro que se associava aos objetivos do mapa social. Tivemos também a oportunidade de realizar as entrevistas sob a abordagem totalmente livre, como se velhos amigos pudessem evocar a memória na busca de significados da infância, dos locais de brincadeira, da comida preferida ou da hora do lazer. Enfim, buscamos identificar nas autonarrativas as experiências que tivessem con-

tribuído para a construção indentedária dos grupos sociais, além de conhecer os conflitos e as injustiças que vem envolvendo seus grupos.

O mapa dos grupos sociais e o mapa dos conflitos socio-ambientais fragilidades

Os mapeamentos não têm a pretensão de fechar o conjunto dos conflitos e dos protagonistas que formam as identidades de resistência em Mato Grosso. É, assim, uma história em construção, dinâmica, tecida por continuidades e descontinuidades. Desta forma, este estudo fenomenológico não se trata de um censo e nem mesmo de um levantamento exaustivo, mas de um panorama da situação atual, um retrato – sempre temporário – das identidades e conflitos que pulsam nos territórios de Mato Grosso.

Para muito além de “coleta de dados”, a nossa pesquisa buscou interpretar as autonarrativas e construir os sentidos juntos com os sujeitos de pesquisa. Dos dois Seminários de Mapeamento Social registraram a existência de 52 grupos sociais/ comunidades/ movimentos que somados a 47 etnias indígenas totalizaram um prognóstico de 99 identidades mapeadas nos territórios do estado. As identidades mapeadas foram registradas embasadas em

cinco dimensões: 1. tradição cultural; 2. local da cultura e habitat; 3. labor, trabalho e produção; 4. driving forces e desenvolvimento e; 5. escolhas, alternativas ou filosofia de vida.

1. O eixo **tradição** versa identidades construídas por suas condições tradicionais, sociais ou étnicas, como é o caso dos povos indígenas, dos povos quilombolas, dos povos ciganos, dos grupos de expressões culturais regionais, como grupos de Siriri, de Cururu e de Dança do Congo⁷, etc.;
2. O eixo **local da cultura e habitat** são grupos com identidades que se fazem na ligação com o local, onde a cultura se manifesta; estes estão intrinsecamente ligados aos territórios e, ainda dependentes do habitat pertencente, como os povos pantaneiros, mimosanos⁸, morroquianos, beiradeiros⁹ e ribeirinhos;
3. O terceiro eixo **labor, trabalho e produção** traz as identidades construídas nas relações com o trabalho com estreita relação com a natureza ou modos de subsistência, como exemplo, podemos citar os seringueiros, os extrati-

vistas, os retireiros, os artesãos(ãs), os pescadores profissionais/artesanais, os agricultores familiares, os articuladores da economia solidária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, etc.;

4. O quarto eixo inclui as identidades dinamizadas em função das **driving forces e desenvolvimento**, dinamizados na lógica de grandes projetos desenvolvimentistas, foram narrados os atingidos por barragens, os acampados¹⁰, os assentados, etc.; e
5. O quinto eixo **escolhas ou filosofia de vida** são grupos que possuem identidades construídas em algum movimento, religião, lazer, arte ou filosofia de vida, foram narrados os ecologistas, movimento artista pela natureza, movimento hippie, movimento negro e das mulheres negras, movimentos ligados à teologia da libertação e, grupos com expressões ligadas às espiritualidades, etc.

Não pretendemos criar fronteiras rígidas nesta classificação, portanto, ressaltamos que as cinco dimensões apresentadas se interconectam, pois muitas identidades tocam-se e se remodelam nesta construção identitária devido à sua pluralidade e fluidez.

7 Siriri, Cururu e Dança do Congo são danças típicas presentes nos festejos das comunidades mato-grossenses.

8 Da localidade de Mimoso, no Pantanal mato-grossense.

9 Povos que vivem na beira dos rios.

10 São comunidades sem terra que invadem determinadas áreas ociosas, geralmente do grande latifúndio, a fim de viver com vida digna.

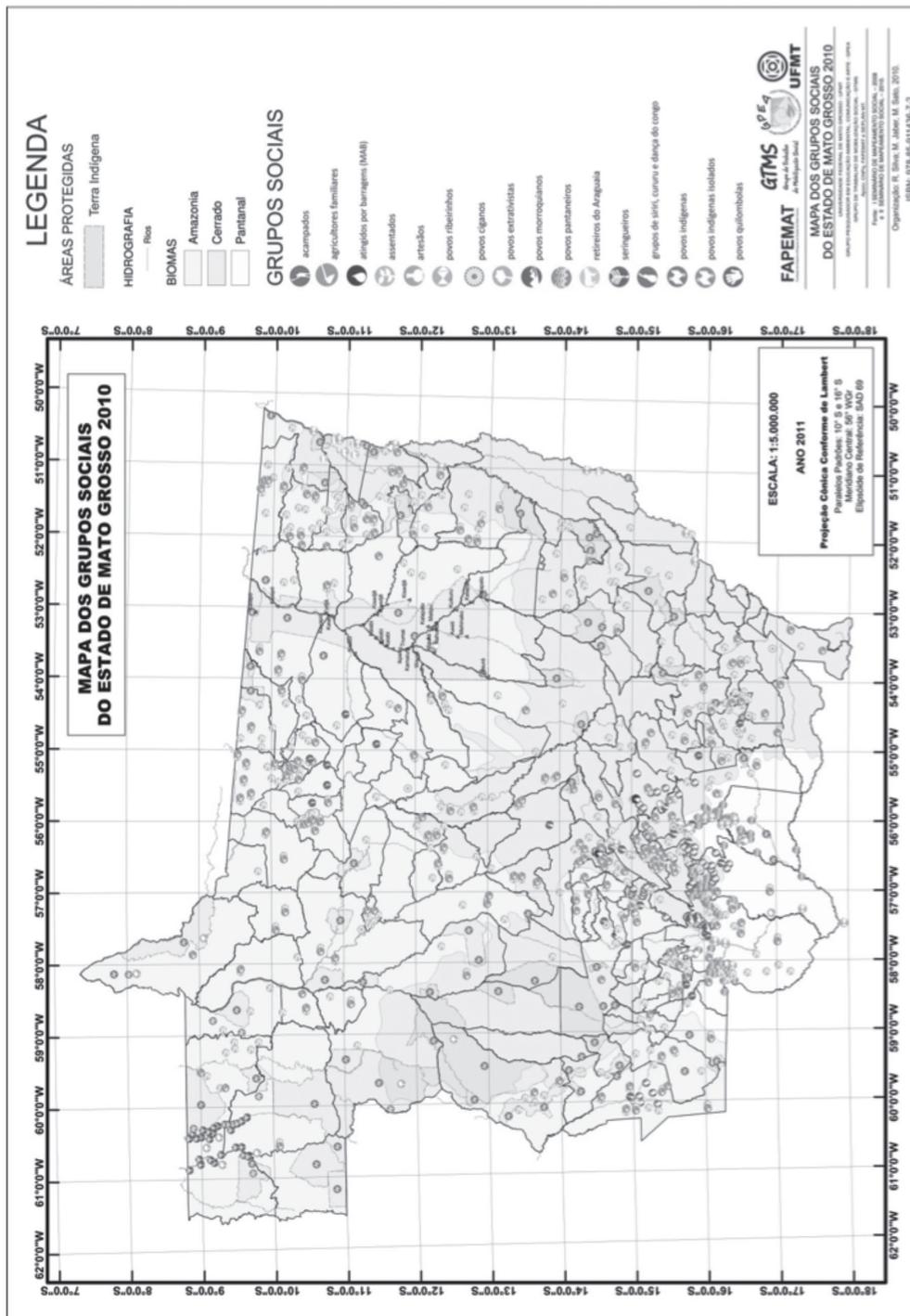


Figura 01. Mapa dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso.

Neste “vir-a-ser” de vários grupos e movimentos mapeamos a existência de antigos e novos protagonistas sociais, na busca de espacializá-los foi elaborado o **Mapa dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso** (Figura 01).

Concomitante a este rico mosaico mapeado, este estudo também demonstrou as consequências do modelo de ocupação empreendido que atinge diretamente os grupos sociais, que tem suas bases de vida e de resistência fortemente conectadas ao ambiente em que vivem e convivem de maneira peculiar, lutando pela sobrevivência do ambiente local e de suas culturas. O mapeamento dos conflitos socioambientais, numericamente, registrou 194 pontos de ocorrência com 359 causas propulsoras, tendo 68 destes pontos denunciados com ameaças de morte e 12 locais sinalizam a prática desumana do trabalho escravo, oferece-nos a constatação do cenário de insustentabilidade social e ecológica do modelo de desenvolvimento instituído. Afinal, a sustentabilidade incide quando as correlações de forças integram de forma equitativa os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, dentre outros. No entanto, em Mato Grosso o peso dado ao fator econômico sobrepõe aos demais. O mapeamento nos revela que as principais forças motrizes diretas (driving forces) dos conflitos são: disputas por terra, disputa por água, desmatamento, queimada, uso abusivos de agrotóxicos e extração ilegal

de minérios. Os pontos mapeados foram organizados no **Mapa dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso** (Figura 02).

Estamos cientes que o universo mapeado neste trabalho não esgota os inúmeros enfrentamentos existentes e ainda não visíveis, mas denunciam uma parte dos problemas desta imposição dos grandes projetos e reflete uma parcela importante dos casos de conflitos. Estes são expressões do modelo de desenvolvimento adotado que leva a destruição dos ecossistemas e o aniquilamento de formas singulares de modos de vidas. Em outras palavras, territórios, identidades e temporalidades que se emaranham em teias e mosaicos, tecidos intrinsecamente na relação cultura e natureza; imbricados de tal forma que a perda de um implica no desaparecimento do outro.

Um sopro de esperança

Concordamos com GALEANO (1971) quando afirma que para modificar alguma realidade injusta, é preciso antes conhecê-la. Ao estudar a face política dos conflitos, Guerin (2004) recomenda que o exame dos grupos em conflito pode ser analisado por mapas, diagnósticos ou estudos de caso, mas em todas as situações, seja ela qual for, é necessário um conhecimento histórico do contexto socioambiental.

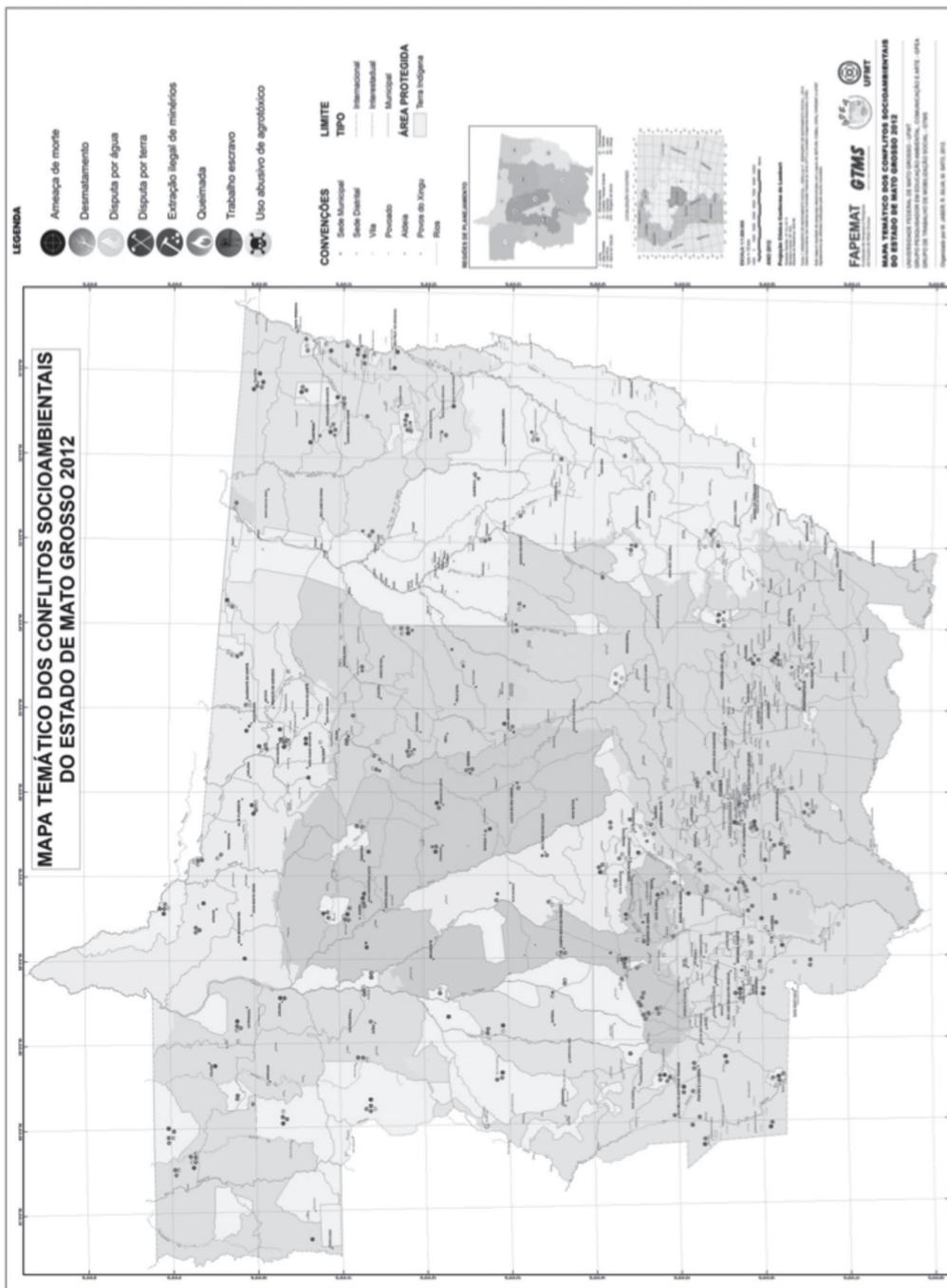


Figura 02. Mapa dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso.

Pondera também que não há necessidade de uma resolução destes conflitos, mas que os estudos devem ser amplamente divulgados à formulação de políticas públicas que protejam os segmentos marginalizados.

Alguns desdobramentos desta proposta dos mapas sociais já podem ser citados, pois com alguns resultados publicados, este mapeamento já foi apropriado pelos grupos sociais envolvidos nesta pesquisa, e, sua retroalimentação passou a ser uma bandeira de luta, desenhando-se como uma plataforma política de luta dos segmentos sociais.

Ademais, as informações disponibilizadas à sociedade civil, por meio de artigos publicados, mapas e relatórios, vêm sendo consultadas na elaboração de políticas públicas no Estado. Um exemplo disto é que as informações deste mapeamento também serviram de subsídios para elaboração do Relatório Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso. Além disso, é cotado para servir como base de estudos e medidas propositivas de entendimento dos conflitos da Procuradoria de Justiça da Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do Ministério Público Estadual. Com isso, a proposta é que os grupos sociais afetados possam contar com mais agilidade da justiça.

Cada dia mais, esperamos que estes estudos sejam apropriados pela sociedade

civil para subsidiar a articulação, as parcerias e as alianças, para que os indivíduos e as instituições aprofundem sua participação social, que busquem a proteção dos ecossistemas. Sobremaneira, esperamos que o mapeamento seja considerado também, pelo Estado e pelo governo, para a inclusão e para a transformação do status quo que esses grupos enfrentam. Consideramos que este é um importante passo para o reconhecimento destes grupos. Mas, sobretudo, é preciso ir além, pois apenas mapeá-los não garante que serão considerados nas políticas públicas, não garante que possam ter o direito de conservar seus valores por uma visão de mundo diferenciada.

BERHE (2004) em seu estudo sobre os conflitos, identidades e territórios da Etiópia, considera que estas dimensões auxiliam a construção da identidade de uma Nação, e orienta-se pelas narrativas dos grupos em conflito (BHABHA, 1994). Fazendo emergir o histórico colonialista da Etiópia, a autora acredita que a construção da identidade poderá eliminar o sentido de vitimização, estimulando a firmação da cidadania.

VITAL (2011) analisa os estudos de CROSBY (1993) no marco significativo das endemias e doenças, e finaliza afirmando que é necessário mudar o foco da categoria biologista, ampliando as relações sociais. Retirando a ênfase do “vencedor” e da unilateralidade da vítima, considera a “tro-

ca”, ou o diálogo entre estes dois mundos de colonizador e colonizado, como guinada conceitual necessária à trajetória adiante.

À guisa da finalização deste texto, buscamos em CERVANTES (2005) um aspecto fenomenológico de olhar as relações da colonização. O livro *Dom Quixote de La Mancha* foi escrito numa época colonialista, na época expansionista da Espanha. Embora um seja o dominador e o outro dominado em termos de posição e estatuto da época, Sancho encontra em Quixote sua condição de existência, e Quixote não viveria seu mundo de sonhos sem Sancho. A fenomenologia requer um princípio de correspondência não conclusiva, mas aberta à mudança da dinâmica da vida (SATO, 2005). A memória pode revelar o curso de existência na arena sangrenta do período colonial, que incitava obediência e violência e que possivelmente perdura até os dias atuais. Mas é no reencontro fenomenológico da mudança do mundo que o gosto rançoso poderá ser transmutado pela construção do risco, da aventura, da inovação, da libertação e da esperança. plo, a promoção de estudo em torno da viabilidade econômica de tais iniciativas - tema ainda pouco debatido no Brasil.

Referência Biográfica

- ANDERSON, Benedict (2008): *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras.
- BERHE, Asmeret A. (2004): “Of land and identity: territorialization of the Eritrean national identity.” *Eritrean Studies Review* 4, n1, pp. 55-82.
- BHABHA, Homi (1994): *The location of culture*. Oxford: Routledge.
- BUBER, Martin. Eu e tu. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel (2005): *Dom Quixote de La Mancha*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- CROSBY, Alfred (1993): *O imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- FANON, Frantz. (1979): *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FREIRE, Paulo (1987): *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (2000): *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALEANO, Eduardo (1971): *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- QUERIN, Bernard (2004): “Political facets of conflict”. In *Conflict Resolution*, [Ed. Keith William Hipel], in *Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*, Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford, UK, [http://www.eolss.net] [Retrieved August 26, 2008].
- GUHA, Ranajit (1996): “The small voice of history”. In: AMIN, SHAHIS, CHAKRABATY, DIPESH (eds.), *Subaltern Studies*. IX. OUP, New Delhi.
- MACHADO, Igor (2004): “Reflexões sobre o pós-colonialismo”. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*. V. 44 e 45, pp. 19-32.
- PÁDUA, José Augusto (2002): *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- QUIJANO, Anibal (2005): “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, pp. 227-278.

- SARTRE, Jean-Paul (1979): Prefácio a Fanon. In: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SATO, Michèle (2005): "Horizontes narrativos de la educación ambiental", *Interea visual: educación en cultura*, n.5, p. 13. [<http://www.dicoruna.es/cultura/interea/RevistaInterea05/>]
- VITAL, André (2011) "O problema da enfermidade no novo mundo: uma análise crítica do "imperialismo ecológico" de A. CROSBY. *Revista de História*, 3, 1, 18-27 [http://www.revistahistoria.ufba.br/2011_1/a02.pdf].



Garceta na Transpantaneira (Cuiabá-Brasil)

© Araceli Serantes